

CENTRALIDADE DO TRABALHO E EXCLUSÃO IDENTITÁRIA NO MEIO RURAL

Ivaldo Gehlen¹

RESUMO: um olhar crítico sobre o rural complexo, resgata um cidadão crescentemente participativo nas manifestações e nas questões de política local, regional, nacional e, por vezes, internacional. Cidadão que se afirma e se diferencia pela profissionalização do trabalho, revelando dinamismos socioculturais e econômicos de construção de novas referências identitárias face às profundas transformações em curso no rural.

PALAVRAS-CHAVE: Profissionalização do trabalhador rural; novas referências identitárias; participação e cidadania; trabalho e exclusão social.

Esferas da dinâmica social

Para fins de estudo, tem-se como pressuposto a inserção das pessoas individualizadas ou nucleadas em famílias em três esferas existenciais. Em processos sincrônicos e diacrônicos estabelece-se uma dinâmica intra e inter realidades das diferentes esferas. Esta divisão possibilita situar e entender esta dinâmica.

1. Esfera **Familiar:** identitária cultural e hierarquia tradicional. Os conflitos estão ancorados em princípios de classificação e representações distintas acerca do próprio *significado da terra*. O impacto sobre a família a relativiza enquanto unidade de força produtiva, alterando a hierarquia ético-valorativa e moral-normativa tradicionais de organização social, principalmente a autoridade intra-familiar. Mas também cria novas alteridades e conflitos entre famílias até então ausentes de seu referencial e de suas experiências.

¹ Professor do Departamento de Sociologia e dos Programas de Pós-Graduação de Sociologia, de Desenvolvimento Rural e de Agronegócios da UFRGS.

Além das formas como os valores hierarquizam as pessoas e as mesmas os seus valores e os valores alheios, pudemos forjar uma tipologia que cruza esta posição com um *status* adquirido economicamente. Assim sendo temos o par tecnologia/trabalho orientando a formação de outros tipos sociais, que em certas oportunidades coincidem, ou melhor, sobrepõem-se tanto na posição hierárquica, quanto de “classe”.

2. Esfera **Econômica** composta pelas redes formais e burocráticas da reprodução social e biológica os insere num contexto de mudança rápida e radical no padrão técnico das atividades produtivas. Provocou mudanças profundas e diferenciadas para uns e outros na concepção, na organização e na composição do trabalho, com forte impacto na reestruturação da vida identitária e no modo de vida.

3. Esfera **Cidadania** ou da rede de relações políticas através das novas formas de organização e de participação na vida societária local e regional redimensiona a constituição da cidadania. Tais condições criam novas oportunidades de relações, porém remetem os conflitos que emergem da dificuldade de assimilação do novo padrão de racionalidade de tipo burocrática, tecnológica e de poder representativo, para o campo privado da vida familiar. A alteração no padrão de cultivo trouxe mudanças na composição do trabalho: a família deixou de ser requisitada enquanto força produtiva - pelo menos durante o ano inteiro - o que alterou a estrutura hierárquica e a validade das normas tradicionais de organização social e moral, principalmente no que concerne à autoridade do pai, chefe de família.

Esta polarização de caráter meramente heurístico (como que um modelo típico-ideal) serviria para circunscrever melhor um quadro social heterogêneo, onde as trajetórias sociais de cada família concorreriam para determinar seus grupos de pertencimento. Membros de grupos distintos organizam-se e valorizam-se frente a um outro grupo, orientando assim a forma como as disputas acabam por faccionalizarem-se em dois pólos antagonicos.

O trabalho "reconceituado" universaliza a cidadania, mas localiza identidade

O conceito de *trabalho* é diferente segundo as diferentes culturas e segundo os modos de produção históricos. No ocidente, verifica-se uma evolução na concepção de seu significado. No mundo greco-latino, o trabalho era um obstáculo à realização das pessoas, por isso era executado principalmente pelos "não-cidadãos". Na civilização cristã medieval, afirma-se a noção de que é um sofrimento resultante da maldição "bíblica" do pecado original. Trabalhar manualmente é tarefa árdua e esta penosidade é amenizada por dias de folga, santificados ou feriados, que no séculos XIV e XV na Europa chegavam a quase um terço.

Aos poucos reduz os dias feriados a praticamente zero, salvo o domingo, sob a alegação de que eram causa de pobreza (argumento econômico) e de desordem (argumento moral). A industrialização atribuiu, portanto ao trabalho, uma centralidade econômica (a pobreza resulta do não trabalha, ou do pouco trabalho, a riqueza o inverso) e ética, característica valorativa de moderno e impôs uma nova gestão do tempo. Durante a Idade Média, a Europa avançou na formulação do conceito de igualdade social, marcado pelo cristianismo, apesar de na prática persistir a estrutura social de dominação e desigualdade social. A estagnação tecnológica, porém, perdurou enquanto persistiu a separação entre o saber teórico e o saber prático. A superação desta dicotomia foi condição necessária para o desenvolvimento de tecnologias e, estas, necessárias para a Revolução Industrial. Enquanto a Revolução não "chegou", o *tempo livre* continuou abundante e, eventualmente, esse tempo de ócio poderia ser usado para pensar, reunir-se, estudar, trocar idéias, organizar lutas, sendo imperativo o controle social desse tempo através de feriados religiosos e atividades coletivas.

No coração desta mutação qualitativa está o tempo restringido, imposto pelo produtivismo, primeiro na Inglaterra, depois sobre todo o continente. O divórcio entre tempo de trabalho e tempo livre se somou àquele

entre lugar de trabalho e domicílio. A hora de trabalho tornou-se aos poucos a unidade de referência, depois a medida de produtividade, simbolizada em seguida pelo relógio que vela à porta de entrada das usinas (Neufville, 1996 p. 46, tradução livre para este texto).

A ascensão da burguesia politizou o conceito de igualdade, atribuiu conceito "positivo" e universalizou o *trabalho* como condição de cidadania política ou de exclusão e marginalidade. Este, passou a ser condição de cidadania política, condição de realização pessoal, ou de exclusão e marginalidade. Com o tempo reduz os dias feriados, salvo o domingo, sob a alegação de que eram causa de pobreza (argumento econômico) e de desordem (argumento moral).

A nova ideologia, que se expande nos séculos XV ao XVIII e que torna-se hegemônica em toda a Europa, no século passado, justifica a exploração pelo trabalho como regenerador dos males, bênção divina, dignificador do ser humano, enfim, libertador. Ideologia que discrimina quem não pensa da mesma forma e quem não trabalha formalmente. Por isso a normatização formal das relações de trabalho através de contratos, se por um lado impôs limites aos desmandos patronais, por outro viabilizou o lucro das organizações de trabalho (fábricas, vendas, fazendas) e conferiu às instituições o controle e o enquadramento.

A industrialização atribuiu, portanto ao trabalho, uma centralidade econômica (a única maneira de produzir bens é através do trabalho) e ética, insistindo em que a pobreza resulta do não trabalhar, ou do pouco trabalho e a riqueza o inverso). O *trabalho* é assumido como centralidade ética, reificando a noção cristã de que além de necessário, é a única via para *redimir* e *libertar*. É condição de *inclusão* na *cidadania* e por extensão na civilização. O referencial de valorização do trabalho é a produtividade: relação otimizada entre tempo e tecnologia. Para viabilizar esta noção hegemônica, impôs uma nova gestão do tempo. Estas duas mudanças - atribuição ao trabalho como centralidade ética e econômica e ao tempo como gestor da produtividade do trabalho - geram efeitos diferenciados sobre as diversas classes sociais e/ou grupos específicos. Assim, no meio

rural interferem na definição dos atores sociais coletivos e suas respectivas identidades profissionais.

A terra, enquanto dimensão política, definida culturalmente e ao mesmo tempo definidora de relações sociais tem, tal qual a categoria trabalho, especificidades segundo as ideologias e os interesses de classe. No Brasil identificam-se claramente pelo menos cinco especificidades diferentes : a noção latifundiária para quem é fonte de poder e de especulação, caracterizando o patrimônio(lismo) personalizado; a noção burguesa para a qual é fonte de produção e acumulação de riqueza, sendo um capital de mercado; a noção familiar que a considera um lugar de trabalho e como patrimônio de reprodução familiar; a noção indígena que a considera "mãe" ou fonte da vida, constituída como patrimônio societal e, por fim a do trabalhador assalariado para quem a terra é um lugar onde seu trabalho é explorado, sendo um cativo.

No Sul, a implantação da agricultura familiar, a partir da primeira metade do século XIX, ocorre já sob o referencial moderno. Por isso consagra os colonos imigrantes que trazem incorporado a centralidade ética do trabalho, sem, contudo ainda estarem coagidos pelo tempo e pela competitividade produtivista, pois não tinham acesso às tecnologias do *progresso*. Isto os distingue dos nacionais ou caboclos e dos indígenas. Estas condições diferentes de origem, explica parcialmente os contrastes do meio rural ao mesmo tempo que aponta seus limites e potencialidades.

Aplicando para a agricultura, tal raciocínio, constata-se que sob as categorias trabalho e terra, convivem significações éticas, políticas e econômicas diferentes segundo a matriz sociocultural dos produtores: latifundiária, capitalista, familiar comercial, familiar de subsistência ou cabocla. Matrizes construídas ao longo das experiências históricas. Reverteu-se uma tradição milenar pela imposição do *trabalho* produtivo como referência valorativa de moderno. A lógica da *produtividade* (relação ideal entre trabalho-tecnologia-produção mensurada pelo tempo) desestruturou tais saberes experimentais acumulados. Seus efeitos foram profundos, indeléveis e diferenciados sobre as diversas classes e/ou grupos sociais

específicos. Redefiniu identidades profissionais e socioculturais. Produziu exclusão e pobreza atribuídas ao não ou ao pouco trabalho e inclusão e riqueza ao “muito” trabalho.

No caso do ator social caboclo, a noção moderna de trabalho, como mostra o processo histórico, aprofunda sua exclusão. A base associativa cabocla é a família "ampla" que inclui o compadrio. Seu sistema de produção e de organização do trabalho se orienta pela lógica da subsistência dessa família. Nos primeiros tempos de sua "autonomia", em geral em terras devolutas, viviam da caça, da pesca, de coletas e de extrativismo (erva mate e madeira). Aos poucos desenvolveram um sistema, integrando: extrativismo, pecuária e agricultura, conhecido como *faxinal*, combinado com a técnica do pousio. Aos poucos também expandem a atividade suinícola (pelo sistema conhecido como de "roças de mato" ou de "clareira"), a atividade pecuária do leite e a ampliação do extrativismo da madeira e da erva mate. Esta vendida *in natura* aos "castelhanos" ou "cancheada"² para o mercado local ou regional.

A crescente importância dessas atividades econômicas e a implantação da República que mercantiliza a terra e os produtos dela, favorecem a expansão das colônias sobre as terras de uso comum (inclusive os faxinais, então abundantes na região das Missões e em quase todo o Alto Uruguai gaúcho). Em consequência os caboclos (ou "nacionais" ou "pelo duros") agora considerados *intrusos*, são expulsos (Cf *Martini*, 1993).

Durante a transição para a consolidação burguesa (a grosso modo 1920-60), alimentou-se um grande debate sobre a integração do elemento *nacional* no processo de desenvolvimento, especialmente no período 1930 a 1945. Tal debate não se furtava de comparar a força de trabalho imigrante com o chamado "elemento nacional". A síntese feita por *Vainer*

² O processo técnico de semi-industrialização, secagem e moagem da erva e a forma de uso (chimarrão), expandiu-se pela mão do caboclo, inspirado em hábitos indígenas. Os colonos, aprendizes dotados de melhores recursos (racionalidade do trabalho produtivo, capital e rede de mercado) se apropriam destas técnicas e hábitos e fazem do mate um meio de "acumulação primitiva" conquistando aos poucos o controle quase exclusivo da produção, transformação e do mercado deste produto.

& Azevedo (s/d) mostra como estava sendo confrontado o modelo "nacional" com o dos imigrantes, na ocupação dos espaços "vazios". Alimentava-se o preconceito de que os *nacionais* ou brasileiros, embora tendo algumas qualidades, não preenchiam as condições *adequadas à plena realização do projeto nacional (...)* do progresso econômico do Brasil (Vainer & Azevedo, p. 5). O argumento central desta pretensa incapacidade girava em torno do trabalho. Seria necessário, segundo esta visão, grandes investimentos para disciplinar e formar o *nacional* para o trabalho produtivo, pois ele *não estava preparado para o trabalho extenuante de nossos cultivos. Seus hábitos um pouco indígenas de viver e seus métodos de trabalho incertos* (Idem, p. 14, grifo no original). Esta ausência de disciplina e regularidade no trabalho são argumentos constantemente repetidos até hoje. Deste debate nasceu o programa governamental de *colônias agrícolas* (Cf Santos, 1993).

O *caboclo*, na sua trajetória de nômade/pioneiro, enfrentou-se com os Índios, com os fazendeiros e com os colonos, porém nunca conseguiu transformar suas possessões em propriedades. O depoimento de Elvino Zanatta³, descendente de imigrantes italianos descreve a rejeição do *caboclo* na região de Planalto (RS): *as terras pertenciam ao Estado (...) alguns caboclos que lá residiam queriam comprar, mas não concediam a terra facilmente à essa gente. A preferência era sempre dos colonos que chegavam.* A instalação de colonos nas terras que ocupavam, transforma os *caboclos* em intrusos, cidadãos ou *agricultores de segunda categoria, aos olhos do Poder Público quanto dos imigrantes* (Frantz, 1980 p. 41). Isto os obriga a partir novamente. Salvo raras exceções⁴, eles não fizeram parte de programas oficiais de colonização.

³ Campo Erê (Santa Catarina), 15.04.88, feita pelo autor.

⁴ A inclusão dos nacionais na política de colonização do governo estadual do Rio grande do Sul no início desse século, deu-se dentro do polêmico espírito republicano de promover um desenvolvimento nacionalista com os brasileiros, pressupondo que a presença massiva de estrangeiros pudesse ser um perigo para a soberania nacional (Cf Kliemann, 1976: 104-105).

A atividade econômica tradicional do caboclo é a agricultura de subsistência, por ele considerada como meio de reprodução biológica, social e cultural, mas que tem fraco poder de inserção econômica e política na sociedade global. Historicamente permaneceu afastado dos mercados - seu contato foi apenas o necessário em negócios eventuais - e isolado pela ausência de vias de comunicação assim como pela estigmatização social. Seu significado econômico (mesmo quando residindo próximo de cidades) nunca foi reconhecido e até hoje as portas de acesso aos mercados, aos bens culturais, aos poderes de decisão lhe continuam fechadas. Isto torna difícil, senão impossível, transformar-se em agricultor familiar empresarial.

Os caboclos têm muitas vezes uma história de agricultor sem terra itinerante e de submissão pessoal aos proprietários fundiários, que contrasta com o estatuto originário da pequena propriedade parcelária. Isso induziu muitos autores à opor de forma dicotômica - e muitas vezes negativa - aos comportamentos e à cultura de colonos imigrantes. Partindo de uma constatação correta, os autores em questão têm, no entanto, esquecido ao menos três fatores que intervêm na formação dessas categorias sociais: a) a desigualdade de oportunidades que dispunham os caboclos e os imigrantes, bem como tentativas dos primeiros para evitar à marginalização que a sociedade lhes impunha; b) o processo de aproximação entre caboclos e colonos, encetado ao longo do tempo; c) o efeito dessa aproximação, a saber, a gênese, entre os antigos e os novos caboclos, de um ideal de pequenos produtores parcelários, não se verifica senão na sua versão mais tradicional: economia familiar, produção de subsistência, etc. (Gaiger, L.I. 1991: 75).

Parte dos caboclos do Rio Grande do Sul e das regiões de campos nativos de Santa Catarina e do Paraná, originaram-se nas fazendas de gado, entre a segunda metade do século XVIII e o final do século passado, com o deslocamento de indígenas

subjugados, principalmente das *Missões* e que em contato com outras populações que passaram a conviver no mesmo espaço, se miscigenaram biológica e culturalmente. Nestas propriedades serviram como *moradores*, responsáveis pelas culturas de subsistência, até quase o final do século XIX, quando o abastecimento passou a ser feito pela *colônia* e a introdução de melhorias tecnológicas na pecuária dispensaram o uso dessa força de trabalho. Foram "expulsos" para as áreas de matas - "terras devolutas" e passaram a competir, em condições desiguais, com a colonização oficial.

Tal concepção de trabalho vem junto com a de *progresso*, justificado socialmente pela noção de *bem-comum*, no sentido de que todos os que trabalham seriam seus beneficiários, ainda que em graus diferenciados. Seus ordenadores criaram mecanismos formais para se apropriarem dos meios e instrumentos de trabalho (fonte de progresso) e de seus resultados, constituindo-se em classe dominante e seus hábitos e modo de vida em referência de civilização. Neste contexto o incluído é o *civilizado*, o *moderno*, o não incluído é o *atrasado*, o *tradicional*.

Tal processo se deu muitas vezes às custas de subordinação sociocultural, e, por vezes, com a destruição das identidades que resistiam a subordinação imposta através do trabalho e do novo sistema de valores "nacionais", gerando não raros conflitos que persistem até hoje. Em nome da civilização procurou-se justificar o genocídio dos indígenas, o menosprezo aos caboclos na América, a perseguição aos ciganos na Europa, a escravidão dos negros da África.

Neste novo contexto, em que as referências se ampliam para uma dimensão supranacional através dos *Mercados Regionais* (CEE, NAFTA, MERCOSUL...), criando o "cidadão global" e no qual se redefinem as condições e critérios de pertença, o *Trabalho* continua centralidade ética e condição de inclusão na cidadania global. Além disto, está se construindo um novo referencial consensual pela noção de *competitividade*. Noção esta que ultrapassa a de produtividade e que incorpora a de "*qualidade*". Nesta perspectiva, mesmo para quem "trabalha"

há riscos de exclusão ao não corresponder aos seus determinismos seletivos.

Um novo olhar sobre o rural complexificado resgata o cidadão crescentemente participativo nas suas questões, mas também nas nacionais e internacionais, crescentemente diferenciado: produtor de mercadorias cada vez mais profissionalizado, produtor tradicional de subsistência cada vez menos integrado ou produtor combinando as duas racionalidades. Dois aspectos emergem com clareza. Um, mostra as tendências que apontam para transformações profundas do rural e, outro, revela o dinamismo dos atores sociais que lutam por interesses específicos e por construir referências novas junto e para a sociedade local, nacional e mesmo global.

Subordinação à noção de centralidade e ao tempo de trabalho discrimina e extigmatiza identidades "rebeldes"

No Sul, a implantação da agricultura familiar, a partir da primeira metade do século XIX, ocorre já sob o referencial moderno. Por isso consagra os colonos imigrantes que trazem incorporado a centralidade ética do trabalho, sem, contudo ainda estarem coagidos pelo tempo e pela competitividade produtivista, pois não tinham acesso às tecnologias do *progresso*. Isto os distingue dos "nacionais" (ou caboclos) e dos indígenas, pois:

tudo deixa crer que a lógica econômica do caboclo não é uma lógica mercantil. Mesmo que ele continue como produtor parcial de valores de troca - e um produtor mercantil, que se insere de uma certa forma na divisão social do trabalho - sua existência econômica se baseia acima de tudo sobre o usufruto imediato dos bens que possui (FASE, 1979 p. 95).

Estas condições diferentes de origem explicam parcialmente os contrastes do meio rural ao mesmo tempo que apontam seus limites e potencialidades. Aplicando tal raciocínio para a agricultura, constata-se que sob as categorias trabalho e terra, convivem significações éticas, políticas e econômicas

diferentes segundo a matriz sociocultural construída ao longo das experiências históricas.

Nesta região, nas chamadas colônias, reverteu-se uma tradição milenar através da imposição do *trabalho* produtivo como referência valorativa de moderno. A lógica da *produtividade* (relação ideal entre trabalho-tecnologia-produção mensurada pelo tempo) desestruturou os saberes experimentais acumulados e seus efeitos foram profundos, indelévels e diferenciados sobre as diversas classes e/ou grupos sociais específicos. Redefiniu identidades profissionais e socioculturais. Produziu exclusão e pobreza.

As mudanças decorrentes do processo descrito em relação ao conceito e relação do trabalho e do tempo, desestruturaram a tradição dos agricultores familiares de forma diferenciada. Para os que já tinham incorporado a centralidade ética do trabalho, a tecnificação induz o *tempo* como controle e a *produtividade* como objetivo. Para os caboclos, além dessa, impõe-se a reestruturação anterior, ou seja a reconversão valorativa para a ética do trabalho. É possível, portanto imaginar o impacto que gera na estrutura de vida e de representação cabocla, a modernização entendida em primeiro lugar como imposição da centralidade ética do trabalho e em segundo lugar como a implantação de relações capitalistas e de métodos e técnicas de trabalho que busquem aumentar a produtividade do *tempo* de trabalho. É uma dupla "conversão" ou reversão do *modus vivendi* da cultura cabocla.

Tal alternativa altera não só sua identidade profissional como também a sociocultural. Neste novo contexto a referência idealizada é a do *empresário*, para quem o "tempo vale ouro". A consequência desses processos será a perda quase total da autonomia da unidade produtiva pela dependência crescente de apropriação externa: tecnologia, técnicas, energia, recursos, equipamentos, insumos, mercado, sementes, semens e trabalho.

Há um tempo de ocupação neste trabalho e há uma perícia, ou uma qualificação necessária para produzir. Enquanto no mundo operário quanto mais moderno, a qualificação exigida é mais específica, restrita (embora estejam ocorrendo mudanças ainda pouco conhecidas), no mundo agrícola quanto mais

moderno, mais abrangente e complexa a qualificação exigida. Para o autor citado, *se há alguma coisa que distancia a agricultura do imaginário industrial, é bem esta; à desqualificação do trabalho do operário pode-se opor o aumento das exigências de qualificação do trabalho agrícola, cada vez mais complexo*(idem). O resultado disso, ou seja, a qualidade e a produtividade não retorna para o agricultor e, em nosso país, nem para as classes e categorias subalternas.

Para ser eficiente na agricultura moderna, é necessário que os produtores abandonem parte do saber tradicional e apropriem-se de um novo saber. Isto os leva a se reprofissionalizar. Ora, este processo é violento e rápido e impede que este novo saber seja reelaborado com adequação e controle. Isto leva à perda do controle, inclusive sobre o saber técnico herdado. Mas este saber técnico tradicional é expropriado apenas em parte. Outra parte dele, da tradição, é preservado pelos colonos. O novo saber é transferido aos agricultores através dos agentes profissionais (extensivistas), além dos meios de comunicação que exercem influência importante. Por exemplo, o programa *Globo Rural*, aos domingos, muito assistido no meio rural, difunde muitas informações e apresenta exemplos inovadores. Mas, a presença da pessoa do técnico continua sendo decisiva. É através dessa relação que afloram os conflitos e se reproduz a dominação e a expropriação de um saber pela imposição de outro. Neste contexto agroindustrial, a conflitualidade pelo saber é importante, porque mexe com a identidade dos agricultores, transfere para a relação agricultor/técnico, o conflito agricultor/agroindústria.

As lutas e os movimentos sociais, dinamizam e revelam os contrastes, geradores de excluídos do meio rural⁵, nos imergem na raiz de contradições e aberrações da brasilidade em

⁵ Os excluídos do modelo institucional vigente, como os indígenas e aqueles que vivem à margem dos processos sociais e econômicos. Estes sofrem permanente ameaça de extinção e poucos, salvo os indígenas, conseguem resgatar sua afirmação sócio-cultural. A terra tem significados diferentes segundo a experiência histórica ou condição de vida específicas quais sejam a Indígena, a dos biscateiros/tarefairos e dos totalmente excluídos ("andarilhos", por exemplo).

formação. Contradições estas que em plena "globalização" sustentam paradigmas analíticos que os excluem de seus objetos, e modelos de desenvolvimento, que os *estigmatizam*⁶, responsabilizando-os pelo atraso e pela pobreza, imputando-lhes culpa pela própria exclusão.

O estigma (Cf *Goffman*, E. 1982) atribuído aos excluídos transforma as vítimas nos primeiros responsáveis pelo seu fracasso. A sociedade culturalmente dominante estabelece os *atributos* ("naturais"), que assumem normatividade de conduta, "consensuais" estabelecendo categorias e hierarquias sociais. Estigmatizando algumas categorias afirma-se a ordem social dominante. Responsabiliza-se estas categorias sociais estigmatizadas, excluídas, pela própria condição, culpabiliza-as pela incapacidade de resposta ao modelo, ou ao trabalho, no caso dos caboclos. Com isso o processo social excludente apresenta as diferenças sociais como naturais, invertendo a percepção do real.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Ronaldo Conde de. **Abrindo o pacote tecnológico**. São Paulo: Polis/CNPq, 1986.

ANGELIS, Wilmar da Rocha D'. **Toldo Chimbangue: história e luta Kaingang em Santa Catarina**. Xanxerê: CIMI (Conselho Indigenista Missionário) Regional Sul, 1984.

BANDECCHI, Brasil. Problemas de Imigração na Região Sul. In: **Cadernos de História 4**. São Paulo: Obelisco, 1967.

BONETI, Lindomar Wessler. **O significado histórico do levante dos colonos do Sudoeste do Paraná em 1957**. Ijuí: UNIJUI, s/d.

⁶ O estigma visa tornar o processo social excludente e aparentar as diferenças sociais como naturais, invertendo a percepção do real. Responsabiliza os estigmatizados pela sua exclusão, como resultado da incapacidade de adaptação ao meio ou ao trabalho (no caso dos caboclos). Visa, enfim, evitar a negação do modelo social que lhes é estruturalmente excludente. Cf *Goffman*, E., 1988.

BOULIN, Jean-Yves; GILBERT, Cette; TADDÉI, Dominique (Orgs). **Le temps de travail**. Paris: Syros, 1993.

FASE. **Pesquisa sobre força de trabalho agrícola em regiões de fronteira. 3º relatório semestral da equipe central de pesquisa FASE**. Rio de Janeiro: Accord FINEP/INAN/FASE, 1979 (Paraná: 91-140).

GAIGER, Luiz Inácio Germany. **Culture, religion et praxis socio-politique: la pastorale de libération et le Mouvement de Travailleurs Ruraux Sans-terre au Sud du Brésil**. Lovaina: Université Catholique de Louvain, 1991 (tese doutorado).

GEHLEN, Ivaldo. Ambivalências da Globalização na Agricultura. In **.Globalização, neoliberalismo, privatizações. Quem decide este jogo?** Carrion, R. e Vizentini, P.G.F. (orgs). Porto Alegre: UFRGS/CEDESP/PMPA, 1997 p. 297 - 309.

GEHLEN, Ivaldo; MÉLO, José Luiz Bica de. A dinâmica da agricultura no Sul do Brasil : realidade e perspectivas nos anos noventa. São Paulo, SEADE, **São Paulo em Perspectiva**, vol 11 n^o 2, 1997, p. 99 - 108.

GOFFMAN, Ervin. **Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976 (4ª ed).

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. In **Cadernos de Sociologia / PPGS-UFRGS**. V.6, Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 1994, p. 51-75.

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. **RS: terra & poder: história da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

LAMARCHE, Hugues. **Agricultura Familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, 1993a.

LAMARCHE, Hugues. **L'agriculture familiale, vers une théorie de l'exploitation agricole familiale**. Tomo 2. Paris: L'Harmattan, 1993b.

MAN YU, Chang. **Sistema de faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná**. Londrina, IAPAR (Fundação Instituto Agrônômico do Paraná), Boletim técnico nº 22, mar. 1988.

MARTINI, Maria Luiza F. **Sobre o Caboclo-camponês: um gaúcho a pé**. Porto Alegre: UFRGS/PPGS, 1993 (dissertação).

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

NEUFVILE, Stéphane. Travail et loisirs, histoire d'un divorce. In **Alternatives économiques**. Paris, nº 139, jul./ago. 1996 p. 46.

THOMÉ, Nilson. **Sangue suor e lágrima no chão Contestado**. Caçador: INCON/UnC, 1992.

VAINER, Carlos Bernardo et AZEVEDO, Vânia Ramos de. **Classificar, selecionar, localizar; notas sobre a questão racial e a migração**. Rio de Janeiro: PUR/UFRJ, s/d.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do Planalto gaúcho: 1850 - 1920**. Ijuí: Unijuí, 1997.

Recebido: nov/2002

